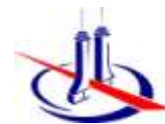




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977

Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)

Ofício Div n.º 527/2021/DLEG

Uruguaiana, 02 de dezembro de 2021.

Ao

Sr. Eduardo Leite

Governador Estado RS

Praça Mal. Deodoro, s/n – Centro Histórico, Palácio Piratini

CEP 90010-905

Porto Alegre/RS

Assunto: Moção de Apoio

Sr. Governador,

1. No ensejo de cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para, em atenção à Moção nº 182/2021, protocolizada sob o nº 1215/2021/LEG, da vereadora Zulma Ancinello e aprovada pelo Plenário, enviar Votos de Apoio aos Técnicos Superiores Penitenciários e os Agentes Penitenciários Administrativos e Monitores Penitenciários em Extinção e servidores de carreira, sejam legitimados como Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Sul no Projeto de Emenda Constitucional Estadual nº 291/2021, consagrando os dispositivos legais constantes na Lei de Execução Penal.”

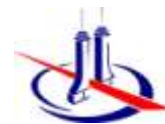
2. Justifica-se a presente pela busca da regulamentação da Polícia Penal com a inclusão de todos os servidores penitenciários da Superintendência dos Servidores Penitenciários – SUSEPE que atuam, diretamente na segurança da população gaúcha em vigilância aqueles que por ora estão privados de liberdade. Estes servidores executam bravamente suas atribuições em local de risco, insalubre e muitas vezes de difícil acesso, tudo isso em prol da tranquilidade do povo gaúcho.

3. Em atenção ao Projeto de Emenda à Constituição Estadual nº 291/2021 que institui a Polícia Penal no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, protocolado na Assembleia Legislativa para apreciação dos Deputados, que inclui a Polícia Penal no rol das instituições da Segurança Pública, junto ao Título IV, Capítulo I, da Constituição Estadual Riograndense, observando o mesmo conteúdo no artigo 144 da CF, requeremos que os Técnicos Superiores Penitenciários e os Agentes Penitenciários Administrativos e Monitores Penitenciários em Extinção e servidores de carreira, sejam legitimados como Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Sul.

4. Destacamos, que a legitimação destes servidores como Policiais Penais proporciona ao Estado uma polícia inclusiva no âmbito prisional. Toda e qualquer medida capaz de valorizar os servidores envolvidos e aperfeiçoar o conjunto de atividades que o sistema demanda devem ser adotadas. É com esta compreensão que nos dirigimos a V.Ex<sup>a</sup>, no intuito de que considere os argumentos apresentados, para, assim, consolidar uma Polícia Penal suficientemente sólida e capacitada para o combate, controle e redução de criminalidade principalmente do crime organizado e suas ramificações, o que repercutirá diretamente no resguardo e na segurança dos cidadãos gaúchos e brasileiros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977

Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)

5. Considerada a segunda profissão mais estressante do mundo, o servidor penitenciário trabalha onde a maioria da população se nega a pôr os pés, contudo, roga pela manutenção do sistema prisional e o encarceramento daquele que pode lhe causar medo e insegurança.

6. Os servidores penitenciários executam atribuições com a previsão de trabalho realizado com risco de vida. Essa previsão condiz com a realidade, pois estes servidores exercem suas funções nos estabelecimentos prisionais, em contato direto com presos de alta periculosidade, contribuindo com a manutenção da ordem e da segurança pública.

7. Atualmente são 7 mil servidores penitenciários distribuídos em 10 regiões penitenciárias, 153 estabelecimentos prisionais, atendendo em média 42 mil apenados, por óbvio são indispensáveis à segurança do povo gaúcho, não deixando de considerar que o Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo.

8. Diante do exposto, faz-se necessário que **TODOS OS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS** (Técnicos Superior Penitenciários e os Agentes Penitenciários Administrativos e Monitores Penitenciários em Extinção) sejam legitimados como Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Sul. Certos de poder contar com o apoio e atenção de Vossa Excelência, enviamos cordiais saudações.

9. Associaram-se ao presente todas as Bancadas com assento nesse Legislativo.

Atenciosamente,

Ver. CARLOS ALBERTO DELGADO DE DAVID  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977  
Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)

Ofício Div n.º 528/2021/DLEG

Uruguaiana, 02 de dezembro de 2021.

Ao  
Delegado Ranolfo Vieira Junior  
Vice-Governador e Secretário de Segurança Pública  
Secretaria da Segurança Pública - SSP/RS  
Rua Av. Voluntários da Pátria, 1358  
CEP 90230-010 Porto Alegre - RS

Assunto: Moção de Apoio

Sr. Secretário,

1. No ensejo de cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para, em atenção à Moção nº 182/2021, protocolizada sob o nº 1215/2021/LEG, da vereadora Zulma Ancinello e aprovada pelo Plenário, enviar Votos de Apoio aos Técnicos Superiores Penitenciários e os Agentes Penitenciários Administrativos e Monitores Penitenciários em Extinção e servidores de carreira, sejam legitimados como Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Sul no Projeto de Emenda Constitucional Estadual nº 291/2021, consagrando os dispositivos legais constantes na Lei de Execução Penal.”
2. Justifica-se a presente pela busca da regulamentação da Polícia Penal com a inclusão de todos os servidores penitenciários da Superintendência dos Servidores Penitenciários – SUSEPE que atuam, diretamente na segurança da população gaúcha em vigilância aqueles que por ora estão privados de liberdade. Estes servidores executam bravamente suas atribuições em local de risco, insalubre e muitas vezes de difícil acesso, tudo isso em prol da tranquilidade do povo gaúcho.
3. Em atenção ao Projeto de Emenda à Constituição Estadual nº 291/2021 que institui a Polícia Penal no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, protocolado na Assembleia Legislativa para apreciação dos Deputados, que inclui a Polícia Penal no rol das instituições da Segurança Pública, junto ao Título IV, Capítulo I, da Constituição Estadual Riograndense, observando o mesmo conteúdo no artigo 144 da CF, requeremos que os Técnicos Superiores Penitenciários e os Agentes Penitenciários Administrativos e Monitores Penitenciários em Extinção e servidores de carreira, sejam legitimados como Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Sul.
4. Destacamos, que a legitimação destes servidores como Policiais Penais proporciona ao Estado uma polícia inclusiva no âmbito prisional. Toda e qualquer medida capaz de valorizar os servidores envolvidos e aperfeiçoar o conjunto de atividades que o sistema demanda devem ser adotadas. É com esta compreensão que nos dirigimos a V.Ex<sup>a</sup>, no intuito de que considere os argumentos apresentados, para, assim, consolidar uma Polícia Penal suficientemente sólida e capacitada para o combate, controle e redução de criminalidade principalmente do crime organizado e suas ramificações, o que repercutirá diretamente no resguardo e na segurança dos cidadãos gaúchos e brasileiros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS



Rua Bento Martins, 2619, CEP: 97501-520 – Uruguaiana/RS – Telefone: (55) 3412-5977

Página: [www.uruguaiana.rs.leg.br](http://www.uruguaiana.rs.leg.br) E-mail: [protocolo@uruguaiana.rs.leg.br](mailto:protocolo@uruguaiana.rs.leg.br)

5. Considerada a segunda profissão mais estressante do mundo, o servidor penitenciário trabalha onde a maioria da população se nega a pôr os pés, contudo, roga pela manutenção do sistema prisional e o encarceramento daquele que pode lhe causar medo e insegurança.

6. Os servidores penitenciários executam atribuições com a previsão de trabalho realizado com risco de vida. Essa previsão condiz com a realidade, pois estes servidores exercem suas funções nos estabelecimentos prisionais, em contato direto com presos de alta periculosidade, contribuindo com a manutenção da ordem e da segurança pública.

7. Atualmente são 7 mil servidores penitenciários distribuídos em 10 regiões penitenciárias, 153 estabelecimentos prisionais, atendendo em média 42 mil apenados, por óbvio são indispensáveis à segurança do povo gaúcho, não deixando de considerar que o Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo.

8. Diante do exposto, faz-se necessário que **TODOS OS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS** (Técnicos Superior Penitenciários e os Agentes Penitenciários Administrativos e Monitores Penitenciários em Extinção) sejam legitimados como Policiais Penais do Estado do Rio Grande do Sul. Certos de poder contar com o apoio e atenção de Vossa Excelência, enviamos cordiais saudações.

9. Associaram-se ao presente todas as Bancadas com assento nesse Legislativo.

Atenciosamente,

Ver. CARLOS ALBERTO DELGADO DE DAVID  
Presidente